

ESTADO DO PARANÁ

MINUTA DO EDITAL Nº 17/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

Exclusivo para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

A <u>CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO</u>, Estado do Paraná, por intermédio do(a) Pregoeiro(a) designado pela Portaria nº 84/2019 e Equipe de Apoio Portaria nº 83/2019, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei n.º 10.520/2002**, da **Lei Complementar nº 123/2006** e, subsidiariamente, da **Lei n.º 8.666/1993** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, será realizada licitação na modalidade **Pregão Presencial**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

SEÇÃO 01 - DA ABERTURA, DATA, HORÁRIO E LOCAL

1.1. A sessão pública de Pregão Presencial será realizada **no dia 27 de setembro de 2019, às 8h30min**, no edifício sede da Câmara Municipal de Campo Largo, Rua Subestação de Enologia, 2008, Vila Bancária – Campo Largo – PR, ocasião em que se dará início ao procedimento de credenciamento dos licitantes interessados e recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e habilitação.

Credenciamento de licitantes e recebimento dos envelopes	8h30min
Abertura dos envelopes	9h

- 1.2. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser entregues na Câmara Municipal de Campo Largo, Rua Subestação de Enologia nº 2008, Vila Bancária − Campo Largo − PR, no dia e no horário da sessão pública de Pregão Presencial conforme acima exposto.
- 1.3. Informações referentes a este certame poderão ser solicitadas à Comissão Permanente de Licitação e ao(à) Pregoeiro(a), somente por escrito, via e-mail ao endereço licitacoes.camara@cmcampolargo.pr.gov.br, ou no endereço da Câmara Municipal de Campo Largo, via protocolo, em até 2 (dois) dias úteis anteriores ao dia de realização da sessão de licitação e serão respondidas em até 1 (um) dia útil após o seu recebimento.

SEÇÃO 2 – DO OBJETO, JUSTIFICATIVA E PRAZO

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em



ESTADO DO PARANÁ

movimentação de divisórias, conforme especificações constantes do termo de referência (anexo VII).

- 2.2. A aquisição do objeto justifica-se pela necessidade de readequação da área física do prédio desta Câmara, tendo em vista que existe um quantitativo significativo de área para mudança de *layout* objetivando a ampliação e readequação de setores, gabinetes e outras áreas para atender a demanda de novos recursos humanos, equipamentos e melhorar a segurança das instalações.
- 2.3. A vigência do contrato para o fornecimento do objeto será de 30 dias a contar da publicação resumida do contrato no Diário Oficial do Município de Campo Largo -PR.

SEÇÃO 3 – DA IMPUGNAÇÂO

- 3.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital por irregularidade, devendo protocolizar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes, devendo a Câmara Municipal de Campo Largo julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.
- 3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, nesse caso, a impugnação será dirigida à autoridade subscritora do Edital que decidirá sobre a impugnação, se possível, antes da abertura dos envelopes.
- 3.3. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas ou a execução do certame licitatório, será designada nova data para a realização deste.
- 3.4. Não havendo impugnação ao Edital, presumem-se aceitas todas as condições nele expostas.
- 3.5. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do presente Pregão Presencial até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

SEÇÃO 4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

4.1. A(s) despesa(s) desta licitação será(ão) suportada(s) pela(s) dotação(ões) orçamentária(s) consignada(s) no Orçamento do Município de Campo Largo à Câmara Municipal para o exercício financeiro de 2019, com a seguinte identificação técnica:

Descrição	Dotação		Valor
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	33.90.39.16	R\$	4.910,00

4.2. As despesas desta licitação, concluídos os procedimentos administrativos e contábeis relativos à prestação do serviço e/ou aquisição de produtos, empenho e da liquidação, serão pagas pelos



ESTADO DO PARANÁ

recursos financeiros da fonte de recurso indicada.

SEÇÃO 5 - DO PREÇO ESTIMADO

- 5.1. O preço total estimado de despesa para a presente licitação se dará pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE.**
- 5.2. O valor máximo estimado para as despesas é de até **R\$ 4.910,00** (**Quatro mil, novecentos e dez reais**), para o prazo de 30 dias, conforme tabela abaixo:

Lote	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço	Total
1	2671	Serviço de adequação de layout das salas 18, 05, 01, 02 e 03, temos remoção de parede de divisória: (sala 18) alt. 2,61cm x comp. 2,48cm = 6,47m², (sala 05) alt. 2,66cm x comp. 2,50cm = 6.65 m², (sala 01, 02 e 03) alt. 2,71cm x comp. 5,09cm = 13,79 m² Total de remoção 26,91 m², já quanto adequação temos a reinstalação na (sala 05) alt. 2,66cm x comp. 2,50cm = 6.65 m², e na (sala 01, 02 e 03) alt. 2,71cm x comp. 3,09cm = 8,29 m²: Total de reinstalação 14,94 m², Ambas as intervenções com os devidos acabamentos	Serviço	1	R\$ 4.910,00	R\$ 4	4.910,00
					TOTAL	R\$ 4	1.910,00

- 5.3. O licitante poderá formular proposta para um ou mais lotes, de acordo com o ramo de atividade, devendo distribuir os custos na planilha e observar o valor máximo definido no respectivo lote do presente edital, não podendo ultrapassar o valor constante do lote de interesse, sob pena de desclassificação.
- 5.4. Serão desclassificadas as propostas cujos preços sejam incompatíveis com a realidade de mercado.
- 5.5. O licitante deverá considerar inclusos todos os custos necessários para o fornecimento do produto, inclusive operacionais, assim como todos os tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta licitação.

SEÇÃO 6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO – EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

6.1. Deverão participar desta licitação somente as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas art. 48, I, da Lei complementar nº 123/06, que atuarem no ramo do objeto desta licitação, satisfazendo integralmente as condições de habilitação deste Edital, conforme



ESTADO DO PARANÁ

exigências das Leis Federais: nº 8.666/93, nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

- 6.2. Será vedada a participação de pessoas e de empresas impedidas por força da Lei, de empresas cujo contrato social não inclua o objeto desta licitação e consórcios de empresas.
- 6.3. A participação nesta licitação importa à proponente a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto aos recursos.
- 6.4. A proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado deste procedimento licitatório.
- 6.5. Serão impedidas de participar nesta licitação as empresas que tenham sido suspensas pela Administração, pelo prazo assinalado no ato que tenha determinado a suspensão, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar, ou que estejam no cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública em qualquer de suas esferas.
- 6.6. É vedada a participação direta ou indireta na licitação:
 - a) De empresas cujo proprietário, sócio, dirigente tenha parentesco, consanguíneo ou por afinidade, com agente e/ou servidores público da Câmara Municipal de Campo Largo;
 - b) De empresas que, a qualquer tempo, possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal, exceto nos casos em que, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a devida regularização (Lei Complementar 123/06, art. 43, §1º), as empresas que forem utilizar-se desse favor legal, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
 - c) De empresas que tenham, entre elas, a(s) mesma(s) pessoa(s) como proprietário(s), dirigente(s), sócio(s), administrador(es) ou diretor(es);
- 6.7. O CNPJ, apresentado pelo licitante para sua habilitação, será, obrigatoriamente, o mesmo a receber a Nota de Empenho e assinatura do contrato, bem como o mesmo a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondente à execução do objeto.

SEÇÃO 7 - DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. A empresa participante deverá se apresentar para credenciamento, junto à Equipe de Apoio, na data e horário estabelecidos na Seção 1 deste Edital, com apenas um representante legal, sendo o único admitido a intervir no procedimento licitatório no interesse da representada.
- 7.1.1. O credenciamento do representante legal da licitante será efetuado com a entrega da seguinte



ESTADO DO PARANÁ

documentação:

7.1.1.1. Se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa:

- a) Declaração de Elaboração Independente da Proposta e dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme Artigos 90 e 95 da Lei 8666/93 e inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02, (modelo/Anexo III);
- b) Declaração de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, (modelo/Anexo VI), constando as devidas assinaturas do representante legal e do contador da empresa, conforme previsto no item 17.14.2. deste edital;
- c) Cópia autenticada do Documento de identificação (RG, CNH ou Carteira de Categoria Profissional) ou cópia simples com original para conferência;
- d) Contrato Social em vigor, devidamente registrado e atualizado de acordo com as suas alterações; ou se empresa individual, o registro comercial atualizado.
- e) Termo de vistoria, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e pelo funcionário que fez a vistoria, (modelo/Anexo X).

7.1.1.2. Se representante legal:

- a) Declaração de Elaboração Independente da Proposta e dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme Artigos 90 e 95 da Lei 8666/93 e inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02, (modelo/Anexo III);
- b) Declaração de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, (modelo/Anexo VI), constando as devidas assinaturas do representante legal e do contador da empresa, conforme previsto no item 17.14.2. deste edital.
- c) Cópia autenticada do Documento de identificação (RG, CNH ou Carteira de Categoria Profissional) ou cópia simples com original para conferência;
- d) Carta de credenciamento (modelo/Anexo I) com firma reconhecida; <u>ou</u> Procuração (por instrumento público ou particular) com firma reconhecida (para o caso de procuração por instrumento particular), que deverá ter sido emitida em até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data prevista para a realização do certame ou com prazo de validade vigente, com poderes para que o procurador possa manifestar-se em qualquer fase desta licitação, notadamente para formular proposta, lances verbais, declarar a intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recursos; Observações: Se o reconhecimento de firma estiver em nome da pessoa física, o instrumento deve estar acompanhado do ato constitutivo da empresa (Contrato Social), que comprove a legitimidade do outorgante. Se o reconhecimento estiver em nome da pessoa jurídica (empresa licitante), fica dispensada



ESTADO DO PARANÁ

<u>a apresentação do ato constitutivo</u>, vez que o cartório já o terá examinado e verificado a legitimidade do signatário; **ou se empresa individual, o registro comercial atualizado.**

- e) Termo de vistoria, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e pelo funcionário que fez a vistoria, (modelo/Anexo X).
- 7.2. Caso o Contrato Social determine que mais de uma pessoa deva assinar a procuração ou o documento de credenciamento (Anexo I), a falta da assinatura de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste Pregão, inclusive invalida outros documentos e atos relativos às demais fases do certame.
- 7.3. O representante legal da licitante que não se credenciar ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar ou renunciar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a etapa de abertura dos envelopes de "Proposta de Preços" ou "Habilitação", relativa a este Pregão Presencial. Nesse caso, será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita para efeito de ordenação das mesmas e apuração do **menor preço por lote**.
- 7.4. Na hipótese dos documentos que comprovam a regularidade da outorga de credenciamento (contrato social, certidão simplificada da junta comercial, ou qualquer outro documento referente à fase de credenciamento), que por equívoco estejam dentro do envelope de "Proposta" ou de "Habilitação", poderão ser retirados dos respectivos envelopes, pelo próprio representante, que procederá ao novo lacramento do envelope;
- 7.5. Na fase de credenciamento será permitido ao representante da licitante fazer as cópias dos documentos necessários que porventura tenham sido retirados dos envelopes de proposta e/ou de habilitação, conforme item 7.4.
- 7.6. Fica assegurada ao licitante, a qualquer tempo, mediante juntada dos documentos previstos para a fase de credenciamento, a indicação ou substituição do seu representante legal junto ao processo licitatório.
- 7.7 Será consultado junto ao Tribunal de Contas do Paraná se a licitante consta no cadastro de impedidos de licitar, caso o resultado seja positivo, a licitante não poderá participar do presente certame.

SEÇÃO 8 - DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- 8.1. O (a) Pregoeiro (a) receberá dos licitantes os envelopes fechados e indevassáveis, no momento do credenciamento.
- 8.2. Somente o representante legal, desde que atendida às condições estabelecidas no item 7.1, poderá se manifestar no ato público de abertura dos envelopes, em nome do licitante.



ESTADO DO PARANÁ

8.3. As propostas de preços e os documentos da habilitação do licitante devem ser entregues em 2 (dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis conforme item 8.1, trazendo na sua parte frontal externa as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

*RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

*NÚMERO CNPJ: XXXXXXXXXX

*ENDEREÇO COMERCIAL:

OBJETO: Contratação de empresa especializada em movimentação de divisórias.

E-mail: xxxxxx

DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: 27/09/2019 às 8:30h

ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

*RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

*NÚMERO CNPJ: XXXXXXXXXX

*ENDEREÇO COMERCIAL: XXXXXX

OBJETO: Contratação de empresa especializada em movimentação de divisórias.

E-mail: xxxxxx

DATA DE ABERTURA: 27/09/2019 às 8:30h

- 8.4. Serão aceitos envelopes entregues via correio ou quaisquer meios de transporte de entregas, desde que sejam protocolizados na Câmara Municipal de Campo Largo, até às 17 horas do último dia útil anterior ao da abertura das propostas.
- 8.4.1. As empresas que optarem por protocolizar os envelopes nos termos do item 8.4, sem fazer o credenciamento do representante legal, ficarão impedidas de participar da fase de lances verbais, conforme item 8.2.

SEÇÃO 9 - DO ENVELOPE № 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

- 9.1. O envelope nº 01 deverá ser apresentado de acordo com o previsto no item 8.3 deste Edital. O envelope deverá conter a Proposta de Preço, observando o que consta, como modelo, do **Anexo VIII**.
- 9.2. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do licitante, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões de natureza técnica de uso corrente, datilografada ou digitada em 01



ESTADO DO PARANÁ

(uma) via, em linguagem clara, com valores expressos em unidade monetária brasileira (Real - R\$), sem emendas, sem rasuras, com suas páginas numeradas sequencialmente, contendo o carimbo do licitante, datada e assinada pelo seu representante legal ou pelo procurador, onde deverão constar:

- a) Razão social, endereço, telefone, e-mail, CNPJ e Inscrição Estadual;
- b) Número do Pregão;
- c) Especificação do objeto de acordo com o que consta deste edital e de seus anexos, respeitando o Termo de Referência, contendo especificação do serviço e/ou produto; quantidade; unidade de medida; marca; modelo (quando houver); valor unitário e o valor total, em moeda nacional. Havendo divergência entre os valores escritos "por extenso" e os valores escritos "em algarismos", serão considerados aqueles que forem mais benéficos para a Administração, de acordo com o princípio da economicidade;
- d) Prazo de validade da proposta que será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da apresentação das respectivas propostas. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na "Proposta de Preço", a proposta será considerada como aceita para efeito de julgamento;
- e) Dados bancários para depósito do pagamento do serviço/produto, em nome da Contratada.
- 9.3. Serão rejeitadas as propostas que não atenderem plenamente as exigências previstas pelos itens 9.1 e 9.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.
- 9.4. Nos preços e condições apresentados na Proposta deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas com transporte, encargos sociais, salários e eventuais reajustes de salários dos funcionários por conta de dissídio coletivo, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto da licitação, bem como o custo com a entrega do produto na Câmara Municipal de Campo Largo.
- 9.5. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital.
- 9.6. As Propostas dos participantes classificados serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.
- 9.7. As propostas formuladas nesta licitação ficam sujeitas às disposições da Lei Complementar nº. 123/2006, notadamente no que se refere aos artigos 44 e 45.

SEÇÃO 10 - DO ENVELOPE № 2 - HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos exigidos nos subitens a seguir poderão ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas por Tabelião de Notas ou, também, poderão ser autenticadas pelo(a)



ESTADO DO PARANÁ

Pregoeiro(a) ou membro da Equipe de Apoio, a partir do original, no dia da sessão de licitação, no momento de abertura do envelope.

10.2. Os documentos emitidos via internet, por órgãos ou entidades públicas e suas cópias reprográficas dispensam a necessidade de autenticações. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

10.3. Para habilitação serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:

10.3.1. Documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

- a) Cédula de identidade dos sócios, diretor e/ou empresário individual:
- b) Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com prova da Diretoria em exercício e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento (ATA) de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Para a comprovação da condição de Microempresa ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP, deverá ser apresentada a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (Conforme Instrução Normativa nº 103, art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no D.O.U. de 22/05/2007) ou Declaração de Enquadramento, validada pela Junta Comercial. (OBSERVAÇÃO: A opção pelo Simples Nacional não substitui a Certidão da Junta Comercial);

10.3.2. Documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ do Ministério da
 Fazenda com situação ativa (disponível em: https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva solicitacao2.asp)
- b) Prova de Inscrição Estadual (disponível em: http://www.sintegra.gov.br/ para cadastros no Paraná, ou http://www.sintegra.fazenda.pr.gov.br/sintegra/);
- c) Certidão negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda (disponível em: http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1);
- d) Certidão Negativa expedida pelo Estado relativo à sede ou domicílio da empresa. (Para o



ESTADO DO PARANÁ

estado do Paraná, a certidão poderá ser emitida no endereço: http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica);

- e) Certidão Negativa expedida pelo Município relativo à sede ou domicílio da empresa. (Para o município de Campo Largo, a certidão poderá ser emitida no endereço: https://campolargo.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/servico/valor/36/padrao/1/load/1);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao);
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (disponível em: https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf);
- 10.3.2.1. Havendo restrição na regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06.

10.3.3. Documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) Certidão negativa de falência e/ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica do licitante, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- c) Comprovação de patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada, mediante a apresentação do balanço patrimonial do ano do exercício anterior, devidamente assinado por profissional registrado no conselho de classe competente (CRC), nos termos do § 3º do art. 31 da Lei 8.666/93.
- d) Para aquisição de bens, o objeto social da licitante (conhecido como CNAE) deverá estar descrito no contrato social, no CNPJ bem como na Receita Estadual do Paraná (CICAD). Caso o objeto licitado seja serviço, invés de estar cadastrado na receita estadual deverá estar cadastrado no Município sede da licitante, além dos demais requisitos mencionados.

10.3.4. Documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**:

a) Apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando a execução de serviços e/ou aquisição de produtos similares, pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, que confirmem o bom desempenho da empresa licitante. O atestado deverá estar devidamente assinado pelo responsável competente da empresa fornecedora do atestado, além de ser redigido em folha timbrada



ESTADO DO PARANÁ

ou carimbada, contendo a Razão Social, CNPJ, endereço e telefone.

- 10.3.5. O proponente deverá apresentar DENTRO DO ENVELOPE Nº 02 HABILITAÇÃO –, todos os documentos exigidos no item 10.3 (e seus subitens), que poderão ser apresentados na forma de cópias simples (para autenticação pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou Equipe de Apoio, a partir do documento original, que deverá ser apresentado FORA DO ENVELOPE Nº 02), ou cópias autenticadas por Tabelionato de Notas. Essas autenticações serão feitas pelo Pregoeiro(a) e/ou Equipe de Apoio no momento de abertura do envelope nº 02.
- 10.3.6. Todos os documentos e/ou certidões exigidos na presente licitação (com exceção dos documentos pessoais e do Atestado de Capacidade Técnica) deverão ter sido emitidos em até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data prevista para a realização da sessão pública do pregão presencial (vide seção 01), sob pena de não aceitabilidade.

SEÇÃO 11 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- 11.1. No dia, local e hora descritos na Seção 01, na presença dos licitantes, de seu(s) representante(s) legal(is) e da Equipe de Apoio e demais pessoas que desejarem assistir ao ato, o(a) Pregoeiro(a) realizará os procedimentos operacionais do sistema do Pregão Presencial, iniciando-o com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 11.2. No momento do credenciamento, os licitantes entregarão ao(à) Pregoeiro(a) os anexos previstos pelo item 17.14.2.
- 11.2.1. Iniciada a abertura do Envelope nº 01 "Proposta de Preços", estará encerrada a fase do credenciamento e, por consequência, caracterizada a impossibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 11.2.2. O(a) Pregoeiro(a), com auxílio da Equipe de Apoio, passará à análise das propostas e inclusão dos dados e informações das propostas no Sistema de Pregão.
- 11.3. A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atender às especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- 11.4. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR LOTE.**
- 11.5. Em seguida, o(a) Pregoeiro(a) selecionará as propostas classificadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
 - a) Seleção da proposta com a melhor oferta (observado o critério do item 11.4.);
 - b) Não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida na alínea anterior serão selecionadas as propostas que apresentarem as melhores ofertas, até o máximo de 03 (três) propostas para dar início aos lances verbais.



ESTADO DO PARANÁ

- 11.6. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 11.7. O(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formularem lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de preço, devendo sempre encaminhar novos lances com maior percentual de desconto sobre o preço ao anteriormente oferecido.
- 11.7.1. Em caso de empate de valor de proposta será realizado sorteio automático pelo programa usado para gerenciamento do pregão.
- 11.7.2. Os lances serão formulados em valores distintos decrescentes, com valor mínimo em reais, proposto e definido por votação entre os licitantes sob a supervisão do(a) Pregoeiro(a) a quem compete, observando o princípio da razoabilidade, proceder a aprovação e o registro em Ata do Pregão.
- 11.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas na ordem decrescente de valores e, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 11.9. O(A) Pregoeiro(a), na defesa do interesse da Administração Pública, deverá negociar com o autor da oferta de menor preço por lote, visando a obtenção de melhoria da proposta.

11.9.1. Após a negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do menor preço por lote, decidindo motivadamente a respeito.

- 11.9.2 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 11.10. Considerada aceitável a oferta de menor preço por lote, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 11.11. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- 11.12. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente de menor preço por lote, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto e encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente.
- 11.13. O(A) pregoeiro(a) abrirá possibilidade de os licitantes remanescentes a se habilitarem e compor cadastro reserva, registrando as intenções de serem fornecedores do(s) objeto(s) no mesmo valor da proposta vencedora, em caso de distrato, não assinatura no prazo estipulado na minuta do contrato pelo vencedor ou quando houver necessidade de contratação de fornecedor



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO ESTADO DO PARANÁ

remanescente, obedecendo necessariamente sequência de classificação do certame, podendo a administração solicitar a atualização das documentações. Conforme seção 10, em posse do envelope de nº 2, da habilitação, o pregoeiro e sua equipe de apoio abrirá o mesmo e, mediante

regularidade da documentação, habilitará o licitante para cada item por meio de apostilamento do

saldo total e/ou restante.

11.14. Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o(a) pregoeiro(a) dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

SEÇÃO 12 - DO RECURSO

- 12.1. Declarado o vencedor, caberá recurso fundamentado, por escrito, dirigido ao(à) Pregoeiro(a), entregue e protocolizado diretamente no endereço da Câmara Municipal de Campo Largo, com recebimento formal, no prazo de 3 (três) dias, pelo Licitante que se julgar prejudicado.
- 12.2. Os demais licitantes ficam intimados, desde já, para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 12.3. A ausência de manifestação imediata e motivada da intenção de recurso, pelo licitante, durante a sessão do pregão, importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo(a) pregoeiro(a) ao vencedor, e posteriormente será encaminhado à autoridade competente para homologação.
- 12.4. Interposto o recurso, o(a) Pregoeiro(a) poderá reconsiderar ou manter a sua decisão, encaminhando-o devidamente informado à autoridade competente.
- 12.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora dos prazos e formas aqui estabelecidos.

SEÇÃO 13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. Não havendo recurso, a adjudicação dos produtos e/ou serviços licitados à empresa vencedora será realizada pelo(a) pregoeiro(a) e, havendo recurso, a adjudicação será realizada pela autoridade que julgar o recurso.
- 13.1.1. Havendo necessidade, após a adjudicação, a empresa adjudicatária deverá, em 48 horas, apresentar a sua proposta com os valores readequados conforme o resultado da fase dos lances verbais.
- 13.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, decidido o recurso, se houver, os autos serão encaminhados à autoridade que ordenou a abertura do procedimento licitatório para os fins de



ESTADO DO PARANÁ

homologação do objeto.

13.3. Uma vez adjudicado o objeto e homologado o julgamento, a Câmara Municipal de Campo Largo convocará o proponente vencedor para, impreterivelmente, dentro de 03 (três) dias úteis a contar data da convocação, assinar o contrato.

SEÇÃO 14 – DA EXECUÇÃO, ENTREGA E CONTROLE DO OBJETO

- 14.1. Após a homologação do resultado e assinatura do contrato, a licitante vencedora será notificada e convocada por escrito para receber a nota de empenho, para dar início à prestação do serviço e/ou entrega do objeto licitado, de acordo com a necessidade da Câmara Municipal.
- 14.2. A Câmara Municipal de Campo Largo designará os servidores públicos do seu quadro de pessoal para a gestão do contrato para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, sendo constatadas irregularidades, a licitante contratada será notificada por escrito para que no prazo máximo e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas corrija as irregularidades apontadas, sob pena de infração contratual.
- 14.2.1. A adjudicatária garantirá a qualidade do serviço e/ou produto, obrigando-se a repor e/ou refazer aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
- 14.2.2. O licitante vencedor deverá iniciar a prestação do serviço contratado, após solicitação do fiscal de contrato mediante a entrega do empenho, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, na sede da Câmara Municipal de Campo Largo.
- 14.3. Os serviços de desmontagem, transporte e montagem de estações de trabalho, divisórias e suas portas serão realizados no edifício sede da contratante.
- 14.3.1. A contratante autorizará a execução dos serviços por meio da Nota de Empenho, por se que será acompanhada de layout contendo as modificações a serem executadas em cada área.
- 14.3.2. A contratada deverá realizar minucioso estudo nos locais onde serão executados os serviços, consultando plantas e demais informações necessárias, a fim de que tenha conhecimento das áreas a serem remanejadas, planejando o melhor aproveitamento dos materiais, evitando o desperdício e perdas excessivas de painéis e ferragem.
- 14.3.3. A contratada providenciará a limpeza das áreas, evitando acúmulo de entulhos nos locais onde os serviços serão realizados.
- 14.3.4. A contratada ficará obrigada a executar os serviços solicitados na Nota de Empenho e neste edital, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da fiscalização da contratante.
- 14.3.5. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas,



ESTADO DO PARANÁ

incluindo-se a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

- 14.4. A montagem e a desmontagem das estações de trabalho, divisória e ou suas portas, incluindo instalação dos componentes, peças e acessórios, deverão ser executadas com ferramental adequado, realizadas por profissionais capacitados e em conformidade com a boa técnica e normas pertinentes, sendo exigido acabamento primoroso.
- 14.5. Se houver danos causados pela Contratada durante a montagem, transporte ou desmontagem das estações de trabalho, divisória e/ou suas portas, estes itens serão obrigatoriamente substituídos por outros com as mesmas especificações técnicas daqueles que foram danificados.
- 14.6. Os serviços contratados serão realizados de segunda a sexta-feira, das 8hs às 17hs e, a critério da contratante, poderão ser executados no período noturno ou aos sábados, domingos e feriados.
- 14.7. Na prestação do serviço licitado, a contratada ficará obrigada a:
- 14.7.1. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 14.7.2. Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução do serviço.
- 14.7.3. Orientar seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da administração do órgão, assim como apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual EPI, quando for o caso.
- 14.7.4. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 14.7. O prazo de garantia dos serviços executados deverá ser de 01 (um) ano, contado a partir da data de emissão da nota fiscal de prestação do serviço contratado.
- 14.7.1 Durante a vigência do prazo de garantia, a contratada obriga-se a corrigir, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito proveniente da incorreta instalação das divisórias, portas e/ou estações de trabalho.
- 14.6. As Notas Fiscais deverão ser expedidas e encaminhadas para o fiscal de contrato, instituído pela Câmara, que conferirá e tomará as providências necessárias para efetuação do pagamento.
- 14.7. É vedada a subcontratação.

SEÇÃO 15 - DA VISTORIA

15.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado



ESTADO DO PARANÁ

para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 16:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, com o setor de compras, pelo telefone (41) 3392-1717 ramal – 249 ou 248, Mauro ou André.

- 15.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendose até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 15.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

SEÇÃO 16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento dos produtos e/ou serviços será efetuado, por meio de depósito, em conta corrente em nome da empresa contratada, em até 15 (quinze) dias úteis a contar do protocolo de pedido de pagamento, conforme item 16.2.
- 16.2. A nota fiscal deverá ser emitida após o empenho e conter todas as especificações dos serviços prestados e/ou objetos fornecidos, devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato da Câmara Municipal de Campo Largo e protocolizada na Câmara Municipal de Campo Largo.
- 16.2.1. A nota fiscal deverá ter a descrição de produto(s) e/ou serviço(s) compatível com o descritivo dos itens deste edital.
- 16.3. A nota fiscal não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas e deverá constar, além de seus elementos padronizados:

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO RUA SUBESTAÇÃO DE ENOLOGIA, 2008 – VILA BANCÁRIA CAMPO LARGO – PARANÁ – CNPJ – 01.653.199/0001-10 INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO

- 16.4. A Câmara Municipal de Campo Largo em hipótese alguma efetuará o pagamento de reajuste, correção monetária, ou encargos financeiros, correspondentes ao atraso na apresentação da nota fiscal.
- 16.5. Caso se constate irregularidade nas informações da nota fiscal apresentada, a Câmara Municipal de Campo Largo, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-la ao proponente, para as devidas correções, ou aceitá-la, glosando a parte que julgar indevida.
- 16.5.1. Se houver erros no documento fiscal, desconsiderar-se-á a data de pagamento prevista, até que haja regularização do mesmo.
- 16.5.2. Na hipótese de devolução, a nota fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento às condições contratuais.



ESTADO DO PARANÁ

16.6. Juntamente com a nota fiscal, sob <u>pena de rescisão contratual e/ou multa</u>, devem obrigatoriamente, ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Ateste da Nota fiscal pelo Fiscal de Contrato da Câmara Municipal ou, excepcionalmente, por pessoa indicada como responsável pela efetiva comprovação da prestação do serviço e/ou fornecimento do objeto;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ do Ministério da Fazenda com situação ativa (disponível em: https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva solicitacao2.asp)
- c) Prova de Inscrição Estadual (disponível em: http://www.sintegra.gov.br/ para cadastros no Paraná, ou http://www.sintegra.fazenda.pr.gov.br/sintegra/);
- d) Certidão negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda (disponível em: http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1);
- e) Certidão Negativa expedida pelo Estado relativo à sede ou domicílio da empresa. (Para o estado do Paraná, a certidão poderá ser emitida no endereço: http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica);
- f) Certidão Negativa expedida pelo Município relativo à sede ou domicílio da empresa. (Para o município de Campo Largo, a certidão poderá ser emitida no endereço: https://campolargo.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/servico/valor/36/padrao/1/load/1);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao);
- h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (disponível em: https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf);
- 16.7. É vedado à contratada negociar com terceiros, seja a que título for, o crédito decorrente deste contrato, ainda que com instituição bancária, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente da contratante.
- 16.8. A contratante poderá descontar do pagamento, importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela contratada por força deste instrumento, bem como outras determinadas por Lei.

SEÇÃO 17 – DA CONTRATAÇÃO

- 17.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de instrumento de contrato, vedada a subcontratação.
- 17.1.1. Se, por ocasião da formalização do referido instrumento, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estiverem com



ESTADO DO PARANÁ

o prazo de validade vencido, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por mais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

17.1.2. Se não for possível atualizar as certidões por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem anterior, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

SEÇÃO 18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Este Edital deve ser cuidadosamente lido e aceito por todos os licitantes. Ele é o instrumento legal que regulamenta todo o processo licitatório, desde o seu início até o término da prestação do(s) serviço(s) e/ou entrega do(s) produto(s).
- 18.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo(a) pregoeiro(a), pela Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.
- 18.2.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 18.3. Todos os documentos cujos envelopes forem abertos na sessão serão rubricados pelo(a) pregoeiro(a) e pelos licitantes presentes. Os envelopes de habilitação que não forem abertos terão seus lacres rubricados por todos os licitantes presentes e serão integrados ao processo licitatório.
- 18.4. À Câmara Municipal de Campo Largo por intermédio do(a) pregoeiro(a), deverá examinar a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao valor, e decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade ou rejeição, ou ainda anular parcial ou totalmente a presente licitação, sem que caiba aos participantes qualquer direito à reclamação ou indenização.
- 18.4.1. A Câmara Municipal de Campo Largo poderá adiar ou suspender os procedimentos licitatórios, dando conhecimento aos interessados, se assim exigirem as circunstâncias, bem como, justificar e utilizar o direito de cancelar a licitação, antes de assinado o contrato.
- 18.5. O(s) licitante(s) vencedor(es) assumirá(ão) integral responsabilidade pelos danos que causar(em) à Câmara Municipal de Campo Largo ou a terceiros, por si ou seus sucessores e a seus representantes, na execução do objeto, isentando a Câmara Municipal de Campo Largo de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência daqueles.
- 18.6. A constatação de qualquer adulteração nos documentos do licitante implicará na sua desclassificação, não podendo participar de novas licitações no Município de Campo Largo pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- 18.7. É facultada ao(à) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a esclarecer ou a completar a instrução do procedimento, vedada a inclusão



ESTADO DO PARANÁ

posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

18.8. Além das disposições expressas neste Edital, as propostas sujeitam-se às normas estabelecidas pela Lei Federal nº 10.520/2002, nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006, suas alterações e condições particulares deste Edital, e à eventual legislação vigente aplicável.

18.9. O Foro de Campo Largo/PR da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba é competente para reconhecer e julgar as questões judiciais decorrentes da presente licitação.

18.10. Quando o proponente vencedor desistir de assinar o contrato ou de receber a Nota de Empenho, para dar início à prestação do serviço e/ou fornecimento do objeto licitado, quaisquer que sejam as razões, ficará sujeito a pagar à Câmara Municipal, multa de 20% (vinte por cento) do valor total de sua proposta, garantida o contraditório e ampla defesa.

18.10.1. O valor da multa será atualizado com a variação de IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do mês para qual foi calculado até o mês de sua quitação.

18.10.2. O pagamento da multa, não exime o proponente de incorrer em outras sanções previstas em Lei.

18.11. Excetuados os casos fortuitos ou motivos de força maior devidamente comunicados e comprovados pelo licitante vencedor e aceitos pela Câmara Municipal de Campo Largo, o não cumprimento do prazo de execução proposto, sujeita o vencedor à multa calculada sobre o valor total da execução em atraso. A multa será limitada em até 20% (vinte por cento) do valor da execução em atraso, garantido ao contratado o contraditório e ampla defesa.

18.12. O vencedor terá 05 (cinco) dias de prazo, contados a partir da sua notificação, para se pronunciar a respeito de multas aplicadas pela Câmara Municipal. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dará direito ao vencedor a qualquer contestação, após o referido prazo.

18.13. A Câmara Municipal de Campo Largo, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o respectivo valor contra créditos da vencedora, independentemente de qualquer contestação.

18.14. Segue, como parte integrante deste Edital, a identificação dos seus anexos:

Anexo I: Carta de Credenciamento;

Anexo II: Declaração de Idoneidade;

Anexo III: Declaração de Elaboração Independente da Proposta e de Cumprimento dos

Requisitos de Habilitação;

Anexo IV: Declaração de Obrigações;

Anexo V: Declaração de que cumpre o inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal;

Anexo VI: Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VII: Termo de Referência;

Anexo VIII: Proposta de Preço;



ESTADO DO PARANÁ

Anexo IX: Minuta de Contrato.

Anexo X: Termo de Vistoria, como condição para se credenciar.

18.14.1. <u>Os anexos II, IV, V</u> e todos os documentos exigidos no <u>item 10.3 (e seus subitens)</u> deverão ser apresentados <u>DENTRO DO ENVELOPE № 02 – HABILITAÇÃO,</u> nos termos do item 10.3.5.

18.14.2. <u>Os anexos I, III, VI e X deverão</u> ser apresentados <u>NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, FORA DOS ENVELOPES.</u>

<u>ATENÇÃO:</u> No caso de o licitante não comparecer à sessão do pregão, poderá protocolar os envelopes 1 e 2. Quanto <u>aos anexos III e VI</u> deverão ser colocados em um envelope identificado com os dizeres "CREDENCIAMENTO PREGÃO 16/2019"

18.14.3. <u>O anexo VIII</u> deverá ser apresentado <u>DENTRO DO ENVELOPE № 01 – PROPOSTA DE PREÇOS.</u>

18.15. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

18.16. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, do princípio da isonomia, da finalidade e da segurança da contratação.

18.17. Os casos omissos do presente certame serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a) designado para o presente Pregão.

18.18. A Comissão Permanente de Licitação, o(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio não se responsabilizam por quaisquer modificações ocorridas no presente Edital que o licitante não tome conhecimento, sendo de sua inteira responsabilidade o acompanhamento do referido instrumento convocatório, disponível no endereço eletrônico: http://www.campolargo.pr.leg.br/transparencia/licitacoes.

Campo Largo, 16 de agosto de 2019.

Mauro Gerson Visentim Pregoeiro - Portaria nº 84/2019



ESTADO DO PARANÁ

MODELOS

Observação: Ao redigir as declarações, a Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

ANEXO I CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao(A) Pregoeiro(a) da Câmara Municipal de Campo Largo.	
Pela presente, credenciamos o(a) Sr(a)	portador(a) da
Cédula de Identidade/RG sob nº	. e CPF sob nº
a participar do PREGÃO PRESENCIAL № 16/2019 , instaura	do pela Câmara Municipal de Campo
Largo. Na qualidade de representante legal da empresa	inscrita no CNPJ
sob n° outorga-se ao acima creden	ciado(a), poderes para manifestar-se
em qualquer fase desta licitação, notadamente para formular	propostas, lances verbais, declarar a
intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recurs	os.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.	
, emdede	de



ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do **PREGÃO PRESENCIAL № 16/2019**, instaurado pela Câmara Municipal de Campo Largo, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

(Nome, RG e CPF do declarante e carimbo da empresa proponente)

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.					
,	em	de	de		
Assinatura do re	presentante	legal da empr	esa proponente		



ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA E DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Α	empresa		, inscrita	no	CNPJ	sob	0
nº	, sediada na Rua				nº .		٠.,
Bair	ro CEP:, na cidade de		, Estado		, sob a	ıs pena	as
cabí	íveis, em especial as do art. 299 do Có	digo Penal Bra	asileiro (Falsid	ade Ide	eológica	.), com	а
final	lidade de atender aos requisitos exigido	s no Edital de	PREGÃO PRI	ESENC	IAL Nº	16/201	9,
DEC	CLARA que:						
a) a	a proposta apresentada para participa	r da presente	Licitação foi	elabora	ada de	manei	ra
inde	ependente (pelo Licitante), e o conteúdo d	a proposta não	foi informado,	discutio	do, nego	ciado o	วน
rece	ebido de qualquer outro participante pote	encial ou de fat	o da presente	Licitaç	ão, por	qualqu	er
mei	o ou por qualquer pessoa;						
b) a	a intenção de apresentar a proposta ela	borada para pa	articipar da pre	esente l	Licitação	o não f	ioi
info	rmada, discutida ou recebida de qualque	er outro particip	ante potencial	ou de	fato da	presen	te
Licit	ação, por qualquer meio ou por qualquer	pessoa;					
c) qı	ue o conteúdo da proposta apresentada p	ara participar d	a presente Lici	tação n	ão foi in	formad	0,
disc	tutido ou recebido de qualquer integrar	nte do órgão li	citante antes	da abe	ertura of	ficial da	as
prop	oostas;						
d) q	ue está plenamente ciente do teor e da ex	tensão desta d	eclaração e qu	e detén	n plenos	podere	es
e inf	formações para firmá-la.						
e) q	jue possui todos os requisitos exigidos r	no Edital para a	a habilitação, d	quanto	às conc	lições d	de
habi	ilitação jurídica, qualificação técnica, qua	alificação econó	ômico-financei	ra e reç	gularida	de fisca	al,
decl	larando ainda, estar ciente que a falta d	e atendimento	a qualquer ex	igência	para ha	abilitaçã	ão
cons	stante do Edital, ensejará aplicação de pe	enalidade à Dec	larante.				
	, em	de	de				



ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do PREGÃO PRESENCIAL N
16/2019, instaurado pela Câmara Municipal de Campo Largo, que se nossa empresa for declarad
adjudicatária do objeto: disporemos dos produtos e/o
serviços e das condições necessárias para a execução do preconizado por este procediment
licitatório.
Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.
dede



ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE O DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019**, instaurado pela Câmara Municipal de Campo Largo, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e pessoas menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.					
	, em	de	de		



ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaramos para os fins de direito, na qu	ualidade de proponente do	PREGAO PRESENCIAL Nº
16/2019, instaurado pela Câmara Municipa	al de Campo Largo, sob as	penas da Lei, que a empresa
proponente	, inscrita no CNPJ se	ob nº,
sediada na Rua	, na Cidade de	, Estado,
cumpre todos os requisitos estabelecidos	no artigo 3º da Lei Comp	olementar nº. 123/2006, e que
esta empresa está apta a usufruir o tratar	mento favorecido nos artig	os 42º ao 49º, nos termos da
referida Lei.		
Por ser expressão da verdade, firmamos o	presente.	
, em	dede	

Assinatura do representante legal da empresa proponente

(Nome, RG e CPF do declarante e carimbo da empresa proponente)

Assinatura do Contador da Empresa

(Nome, RG, CPF e CRC do declarante e carimbo)



ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VII TERMO DE REFERÊNCIA

A presente licitação tem por objeto a <u>contratação de empresa especializada em</u> movimentação de divisórias, conforme especificações abaixo descritas:

Lote	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preç	o Total
1	2671	Serviço de adequação de layout das salas 18, 05, 01, 02 e 03, temos remoção de parede de divisória: (sala 18) alt. 2,61cm x comp. 2,48cm = 6,47m², (sala 05) alt. 2,66cm x comp. 2,50cm = 6.65 m², (sala 01, 02 e 03) alt. 2,71cm x comp. 5,09cm = 13,79 m² Total de remoção 26,91 m², já quanto adequação temos a reinstalação na (sala 05) alt. 2,66cm x comp. 2,50cm = 6.65 m², e na (sala 01, 02 e 03) alt. 2,71cm x comp. 3,09cm = 8,29 m²: Total de reinstalação 14,94 m², Ambas as intervenções com os devidos acabamentos	Serviço	1	R\$ 4.910,00	R\$	4.910,00
					TOTAL	R\$	4.910,00

CRITÉRIOS:

- 1. O critério básico para efeito de julgamento será o de menor preço por lote oferecido sobre o objeto licitado.
- 2. O licitante deverá se comprometer com a qualidade do serviço e/ou produto, obrigando-se a repor e/ou refazer aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
- **3**. Os serviços de desmontagem, transporte e montagem de estações de trabalho, divisórias e suas portas serão realizados no edifício sede da contratante.
- **4**. A contratante autorizará a execução dos serviços por meio da Nota de Empenho, que será acompanhada de layout contendo as modificações a serem executadas em cada área.
- **5**. A Contratada deverá realizar minucioso estudo nos locais onde serão executados os serviços, consultando plantas e demais informações necessárias, a fim de que tenha conhecimento das áreas a serem remanejadas, planejando o melhor aproveitamento dos materiais, evitando o desperdício e perdas excessivas de painéis e ferragem.
- **6**. A contratada providenciará a limpeza das áreas, evitando acúmulo de entulhos nos locais onde os serviços serão realizados.
- **7**. A contratada ficará obrigada a executar os serviços solicitados na Nota de Empenho, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da fiscalização da contratante.
- **8**. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, incluindo-se a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem



ESTADO DO PARANÁ

como a completa limpeza das áreas afetadas.

- **9**. A montagem e a desmontagem das estações de trabalho, divisória e ou suas portas, incluindo instalação dos componentes, peças e acessórios, deverão ser executadas com ferramental adequado, realizadas por profissionais capacitados e em conformidade com a boa técnica e normas pertinentes, sendo exigido acabamento primoroso.
- **10**. Se houver danos causados pela Contratada durante a montagem, transporte ou desmontagem das estações de trabalho, divisória e/ou suas portas, estes itens serão obrigatoriamente substituídos por outros com as mesmas especificações técnicas dagueles que foram danificados.
- 11. Os serviços contratados serão realizados de segunda a sexta-feira, das 8hs às 17hs e, a critério da contratante, poderão ser executados no período noturno ou aos sábados, domingos e feriados.
- 12.. Na prestação do serviço licitado, a contratada ficará obrigada a:
- 12.1. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 12.2. Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução do serviço.
- 12.3. Orientar seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da administração do órgão, assim como apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual EPI, quando for o caso.
- 12.4. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 13. O prazo de garantia dos serviços executados deverá ser de 01 (um) ano, contado a partir da data de emissão da nota fiscal de prestação do serviço contratado.
- 14. Durante a vigência do prazo de garantia, a contratada obriga-se a corrigir, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito proveniente da incorreta instalação das divisórias, portas e/ou estações de trabalho.
- **15**. O critério básico para efeito de julgamento será o de **menor preço por lote** oferecido sobre o objeto licitado.
- 16. É vedada a subcontratação.



ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VIII PROPOSTA DE PREÇOS

(Pi	ropost	a de Preço em conformidade com o dispost	o nos ite	ns 9.2 e	9.4 do prese	ente Edital):
A em	presa.	,estabelecida na Rua		, nº	, Bairro	,
CEP	CEP, Cidade, Estado, CNPJ/MF sob nº					
apres	apresenta a sua proposta comercial relativa a licitação sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL					
№ 16/	№ 16/2019, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, que tem por objeto a <u>contratação de empresa</u>					
espe	cializ	ada em movimentação de divisórias,	nas segu	intes co	ndições:	
Lote	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	2671	Serviço de adequação de layout das salas 18, 05, 01, 02 e 03, temos remoção de parede de divisória: (sala 18) alt. 2,61cm x comp. 2,48cm = 6,47m², (sala 05) alt. 2,66cm x comp. 2,50cm = 6.65 m², (sala 01, 02 e 03) alt. 2,71cm x comp. 5,09cm = 13,79 m² Total de remoção 26,91 m², já quanto adequação temos a reinstalação na (sala 05) alt. 2,66cm x comp. 2,50cm = 6.65 m², e na (sala 01, 02 e 03) alt. 2,71cm x comp. 3,09cm = 8,29 m²: Total de reinstalação 14,94 m², Ambas as intervenções com os devidos acabamentos	Serviço	1		
					TOTAL	
a)	Ova	alor máximo para o fornecimento do objeto co	ontratado	será de	R\$ () nara
u)		ríodo de 30 (trinta) dias;	or itratado	001440	ιφ (para
h)	•	esente proposta tem o prazo de validade de	60 dias	a contai	r da data de	anresentação:
c)	-	condições de pagamento são as consta				~
0)		SENCIAL № 16/2019. O pagamento dev			3	
		, ,				•
 banco, agência, conta corrente, em nome da empresa proponente; d) O licitante deverá garantir a qualidade do(s) produto(s), sob pena de recusa do(s) respectivo(s) objeto(s) que for(em) entregue(s) em desacordo com o apresentado na proposta. 						
e)		representante da CONTRATADA que one;	fará a	gestão	do contra	ato é,
f)	Dad	os do sócio administrador para formalização	do cont	rato:		
N I a	ome e	omplete				
		ompleto: do RG:				
		nascimento:				
	00					



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO ESTADO DO PARANÁ

Estado civil;

Profissão;			
Endereço completo com CEP:			
Telefone e email:			
	, em	de	de



ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº xx/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2306/2019 PREGÃO PRESENCIAL nº 16/2019

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, órgão público municipal, inscrito no CNPJ sob nº 01.653.199/0001-10, com sede na Rua Subestação de Enologia, 2008, em Campo Largo, neste ato representado por seu Presidente Marcio Ângelo Beraldo, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n. 4958907-7 e do CPF/MF n.º 023.586.939-28, residente e domiciliado em Campo Largo, doravante denominada CONTRATANTE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, cujos dados estão supracitados, CONTRATA da(s) empresa(s): «Nome Fornecedor», inscrita no CNPJ «CNPJ CPF Fornecedor», com sede na «Endereço Fornecedor», «Bairro Fornecedor», em «Cidade_Fornecedor»/«Estado_Sigla_Fornecedor», CEP: «CEP_Fornecedor», representada por «Nome Representante», inscrito no CPF/MF sob n.º «CPF Representante» e no RG sob n.º xxxxxxxx, residente e domiciliado na «Endereco Representante Legal», doravante denominada(s) CONTRATADA, sujeitando-se as partes às normas constantes nas Leis nº 8.666/1993, nº 10.520/02 e suas alterações, e ainda, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada em movimentação de divisórias** «objeto» conforme Termo de Referência (Anexo xx) do Edital de Licitação.
- 1.2. No que se refere à abrangência do objeto, segue abaixo o termo de referência com seus itens/especificações/valor, conforme proposta apresentada pela contratada:
- «Itens Contrato Por Lote»
- 1.2.1. Os serviços de desmontagem, transporte e montagem de estações de trabalho, divisórias e suas portas serão realizados no edifício sede da contratante.
- 1.2.2. A contratante autorizará a execução dos serviços por meio da Nota de Empenho, que será acompanhada de layout contendo as modificações a serem executadas em cada área.
- 1.2.3. A Contratada deverá realizar minucioso estudo nos locais onde serão executados os serviços, consultando plantas e demais informações necessárias, a fim de que tenha conhecimento das áreas a serem remanejadas, planejando o melhor aproveitamento dos materiais, evitando o desperdício e perdas excessivas de painéis e ferragem.



ESTADO DO PARANÁ

- 1.2.4. A contratada providenciará a limpeza das áreas, evitando acúmulo de entulhos nos locais onde os serviços serão realizados.
- 1.2.5. A contratada ficará obrigada a executar os serviços solicitados na Nota de Empenho, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da fiscalização da contratante.
- 1.2.6. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, incluindo-se a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.
- 1.2.7. A montagem e a desmontagem das estações de trabalho, divisória e ou suas portas, incluindo instalação dos componentes, peças e acessórios, deverão ser executadas com ferramental adequado, realizadas por profissionais capacitados e em conformidade com a boa técnica e normas pertinentes, sendo exigido acabamento primoroso.
- 1.2.8. Se houver danos causados pela Contratada durante a montagem, transporte ou desmontagem das estações de trabalho, divisória e/ou suas portas, estes itens serão obrigatoriamente substituídos por outros com as mesmas especificações técnicas daqueles que foram danificados.
- 1.2.9. Os serviços contratados serão realizados de segunda a sexta-feira, das 8hs às 17hs e, a critério da contratante, poderão ser executados no período noturno ou aos sábados, domingos e feriados.
- 1.2.10. Na prestação do serviço licitado, a contratada ficará obrigada a:
- 1.2.10.1. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 1.2.10.2. Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução do serviço.
- 1.2.10.3. Orientar seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da administração do órgão, assim como apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual EPI, quando for o caso.
- 1.2.10.4. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 1.2.11. O prazo de garantia dos serviços executados deverá ser de 01 (um) ano, contado a partir da data de emissão da nota fiscal de prestação do serviço contratado.
- 1.2.12. Durante a vigência do prazo de garantia, a contratada obriga-se a corrigir, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito proveniente da incorreta instalação das divisórias, portas e/ou estações de trabalho.
- 1.3. O objeto deste edital devera ser entregue/executado na Câmara Municipal de Campo Largo, cujos custos e despesas devem estar inclusos na proposta.



ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços a serem pagos à **CONTRATADA** serão os constantes na adjudicação do objeto conforme Ata do Pregão Presencial nº «Número_Licitação»/«Ano_Licitação» e especificações elencadas no termo de referência da cláusula primeira, e vigentes na data da emissão da ordem de compra/serviços pela Câmara Municipal, independentemente da data da entrega do produto e/ou serviço, e terá como valor máximo a quantia de até R\$ «Valor_Contratado», referente à despesa com a **CONTRATADA**.
- 2.2. O valor constante nesta Cláusula representa o preço total do fornecimento dos produtos e/ou serviços licitados realizado pela **CONTRATADA**, já estando inclusas as despesas com impostos, seguro, taxas e demais encargos necessários à execução do objeto contratado, inclusive com as despesas de entrega na Câmara Municipal de Campo Largo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO

- 3.1. O reajuste dos preços registrados será realizado nos termos da Lei 8.666/93, mediante solicitação da **CONTRATADA**, que deverá comprovar o desequilíbrio econômico e financeiro através de documentos que demonstrem a variação de preços do mercado, tais como tabelas de fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto acabado ou de matérias-primas, etc.
- 3.1.1. Independentemente de solicitação da **CONTRATADA**, o preço acordado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão responsável a convocação da **CONTRATADA** para estabelecer o novo valor;
- 3.2.3. O novo preço somente será válido após sua publicação no Diário Oficial do Município e, para efeito do pagamento de fornecimentos porventura realizados entre a data do pedido de adequação e a data da publicação, o novo preço retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 30 (trinta) dias a contar da sua publicação resumida no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo – PR.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO

- 5.1. A **CONTRATADA** obriga-se a entregar o(s) serviço(s) constante(s) nesse contrato, na sede da Câmara Municipal, num prazo máximo de **30 (trinta) dias uteis**, contados da data do recebimento do nota empenho, vedada a subcontratação.
- 5.2. A realização da entrega do objeto desse contrato será acompanhada pelo Fiscal de contrato indicado pelo **CONTRATANTE**, o qual fiscalizará se estão sendo atendidas as condições



ESTADO DO PARANÁ

estabelecidas por este instrumento e pelo Edital do Pregão Presencial, e no caso de ser constatadas irregularidades, o gestor designado notificará por escrito à **CONTRATADA** do ocorrido, a qual terá o prazo máximo e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para sanar as irregularidades.

5.3. Caso a **CONTRATADA** seja reincidente no que está disposto no parágrafo anterior, ou descumpra prazo estabelecido, serão aplicadas as penalidades dispostas neste contrato e em Lei.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em nome da empresa **CONTRATADA**, no **prazo de até 15 (quinze) dias contados da protocolização**, pela <u>contratada</u>, que deverá, sob pena de cancelamento do presente contrato e multa ser acompanhado de:
- a) Nota Fiscal/Fatura Atestada pelo fiscal do Contrato indicado pelo Órgão ou, excepcionalmente, por pessoa indicada como responsável pela comprovação da efetiva prestação do serviço e/ou fornecimento do objeto;
 - a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ do Ministério da Fazenda
 com situação ativa (disponível em: https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva solicitacao2.asp)
 - b) Prova de Inscrição Estadual (disponível em: http://www.sintegra.gov.br/ para cadastros no Paraná, ou http://www.sintegra.gov.br/ para cadastros no Paraná, ou http://www.sintegra.gov.br/ para cadastros no Paraná, ou http://www.sintegra.fazenda.pr.gov.br/sintegra/);
 - c) Certidão negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda (disponível em: http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1);
 - d) Certidão Negativa expedida pelo Estado relativo à sede ou domicílio da empresa. (Para o estado do Paraná, a certidão poderá ser emitida no endereço: http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica);
 - e) Certidão Negativa expedida pelo Município relativo à sede ou domicílio da empresa. (Para o município de Campo Largo, a certidão poderá ser emitida no endereço: https://campolargo.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/servico/valor/36/padrao/1/load/1):
 - f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao);
 - g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (disponível em: https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf);
- 6.2. A nota fiscal deverá ser emitida necessariamente com data posterior à emissão da nota de



ESTADO DO PARANÁ

empenho, sendo vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

- 6.2.1. Caso se constate irregularidade nas informações da nota fiscal apresentada, a Câmara Municipal de Campo Largo, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-la ao proponente, para as devidas correções, ou aceitá-la, glosando a parte que julgar indevida.
- 6.2.2. Na hipótese de devolução, a nota fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento às condições firmadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedado à CONTRATADA negociar com terceiros, seja a que título for, o crédito decorrente deste instrumento, ainda que com instituição bancária.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATANTE** poderá descontar do pagamento, importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela **CONTRATADA**, por força deste instrumento, bem como outras determinadas por Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A **CONTRATADA** será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante a realização dos serviços e transporte e descarga e /ou entrega de materiais.
- 7.2. A **CONTRATADA** deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais, fundiários ou comerciais.
- 7.3. A **CONTRATADA** estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Câmara Municipal, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.
- 7.4. A **CONTRATADA** deverá observar todas as normas legais vigentes comprometendo-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas por conta do edital de licitação com seus anexos obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração do presente contrato.
- 7.5. A **CONTRATADA** deve manter, durante o prazo do presente contrato, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidos, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de cancelamento do presente contrato e multa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1. Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:
- 8.1.1. Pela recusa em assinar o presente contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação do Art. 7º da Lei 10.520/02;
- 8.1.2. Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;



ESTADO DO PARANÁ

- 8.1.3. Pelo retardamento na entrega do(s) produto(s) e/ ou execução do(s) serviço(s), multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º (décimo) dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;
- 8.1.4. Pela inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao contrato ou à ordem de fornecimento decorrente da presente ata;
- 8.1.5. Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela do(s) produto(s) não fornecido(s), ou entregue(s) em desacordo com as especificações técnicas;
- 8.1.6. Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto referido neste contrato, multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total firmado;
- 8.1.7. Pelo cancelamento do presente contrato por culpa da **CONTRATANTE**, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento mensal estimado multiplicado pelo número de meses faltantes para o termo final do ajuste.
- 8.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.
- 8.3. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da **CONTRATANTE**, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido a **CONTRATADA**.
- 8.3.1. O não-pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a **CONTRATADA** ao processo judicial de execução.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO PRESENTE CONTRATO

- 9.1. O presente contrato poderá ser cancelado pela administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a **CONTRATADA**:
- 9.1.1. Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
- 9.1.2. Não firmar contratos de fornecimento ou deixar de retirar notas de empenho, nos prazos previstos;
- 9.1.3. Não aceitar reduzir o preço acordado na hipótese de este tornar-se superior aos praticados no mercado.
- 9.1.4. Subcontratar.
- 9.2. Sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa, o presente contrato também poderá ser cancelada por razões de interesse público, excluída sempre qualquer indenização por parte da **CONTRATANTE**.
- 9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nos itens 9.1 e 9.2 desta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.



ESTADO DO PARANÁ

9.4. Este instrumento poderá ser rescindido nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FISCAL/GESTOR DE (CONTRATO					
10.1 O servidor responsável pela fiscalização desse contrato será xxxxx, conforme designação da						
Portaria nº						
10.2 A Gestão do contrato ficará a cargo do servidores do Departamento Administração.						
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REPRESEN	NTANTE					
11.1 Nos moldes da Proposta de Preços assi	inada pela CONTRATADA em xxxxxxx, seu					
representante para gestão da presente ser	á o Sr. «Nome_Representante», telefone					
«Fone_Fornecedor» e e-mail: «Email_Fornecedor»						
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO						
12.1 As partes contratantes elegem o Foro de Campo Largo/PR da Região Metropolitana de Curitiba, como o único competente para dirimir as dúvidas acaso surgidas, renunciando a qualquer						
						outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem de perfeito e comum acordo, assina	am e rubricam o presente contrato em 03 (três)					
vias de iguais formas e teor, na presença das testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.						
Campo Largo, «Da	ata_Assinatura»					
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO	«NOME_FORNECEDOR»					
MARCIO ANGELO BERALDO	«Nome_Representante»					
Presidente	Contratada					
Testemunha	Testemunha					
Nome:	Nome:					
RG:	RG:					
CPF·	CPF·					



ESTADO DO PARANÁ

ANEXO X TERMO DE VISTORIA

A empresa,est	abelecida na Rua	, nº	, Bairro	, CEP
Cidade, Est	ado	, CNPJ/MF sob n ⁹	<u> </u>	, Telefone
declara, para os fins de direit	to, na qualidade de	proponente do P	REGÃO PRESEN	ICIAL № 16/2019
instaurado pela Câmara M	unicipal de Camp	o Largo, ter visit	ado o local dos	serviços a serem
executados, em companh	ia do representa	ante		de
cargo				
Por ser expressão da verda	de, firmamos o pre	esente.		
	, em	de	.de	

Assinatura do representante legal da empresa proponente

(Nome, RG e CPF do declarante e carimbo da empresa proponente)